

PC-MA

POLÍCIA CIVIL DO MARANHÃO

OFICIAL INVESTIGADOR DE POLÍCIA



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

**EDITAL Nº 1 – PCMA – INVESTIGADOR, DE
13 DE JULHO DE 2026**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



PC-MA

Oficial Investigador de Polícia

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia oficial.....	14
Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	22
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	26
Emprego de tempos e modos verbais.....	27
Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	30
Emprego das classes de palavras.....	36
Emprego dos sinais de pontuação	47
Concordância verbal e nominal	52
Regência verbal e nominal	58
Emprego do sinal indicativo de crase.....	65
Colocação dos pronomes átonos	69
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	71
Significação das palavras.....	73
Substituição de palavras ou de trechos de texto.....	78
Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Aspectos gerais da redação oficial. Finalidade dos expedientes oficiais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero.	78
QUESTÕES.....	100
Gabarito.....	116

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estruturas lógicas. Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas-verdade. Equivalências. Leis De Morgan	1
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	10
Diagramas lógicos.....	15
Lógica de primeira ordem.....	18
Princípios de contagem e probabilidade	21
Operações com conjuntos.....	29

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais	35
QUESTÕES.....	39
GABARITO	49

CONTABILIDADE

Conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade	1
Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação líquida, representação gráfica	5
Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos.....	13
Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos; Plano de contas: conceitos, elenco de contas, função e funcionamento das contas	15
Escrituração: conceitos, lançamentos contábeis, elementos essenciais, fórmulas de lançamentos, livros de escrituração, métodos e processos, regime de competência e regime de caixa	24
Contabilização de operações contábeis diversas: juros, descontos, tributos, aluguéis, variação monetária/cambial, folha de pagamento, compras, vendas e provisões, depreciações e baixa de bens.....	30
Balancete de verificação: conceitos, modelos e técnicas de elaboração	34
Balanco patrimonial: conceitos, objetivo, composição	36
Demonstração de resultado de exercício: conceito, objetivo, composição	43
Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, legislação complementar e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)	50
Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual (R1).....	143
Questões	143
Gabarito	149

ESTATÍSTICA

Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose)	1
Probabilidade. Definições básicas e axiomas. Probabilidade condicional e independência	15
Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Distribuição de probabilidades. Função de probabilidade. Função densidade de probabilidade. Distribuições especiais; Distribuições condicionais e independência; Transformação de variáveis	18
Transformação de Variáveis Aleatórias	28
Esperança e momentos.....	30
Leis dos grandes números. Teorema central do limite	34
Inferência estatística. Estimação pontual: métodos de estimação, propriedades dos estimadores, suficiência. Estimação intervalar: intervalos de confiança, intervalos de credibilidade. Testes de hipóteses: hipóteses simples e compostas, níveis de significância e potência de um teste, teste t de Student, teste qui-quadrado	37

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Análise de regressão linear. Critérios de mínimos quadrados e de máxima verossimilhança. Modelos de regressão linear. Inferência sobre os parâmetros do modelo. Análise de variância. Análise de resíduos	41
Técnicas de amostragem. Amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados. Tamanho amostral. Amostras aleatórias. Distribuições amostrais	48
QUESTÕES.....	54
GABARITO	62

ADMINISTRAÇÃO

Administração e administração gerencial.....	1
Comportamento organizacional: motivação e desempenho	7
Princípios e sistemas de administração federal	13
Administração financeira e orçamentária. Orçamento público. Princípios orçamentários. Diretrizes orçamentária	20
SIDOR, SIAFI	29
Receita pública: categorias, fontes, estágios e dívida ativa	35
Despesa pública: categorias, estágios. Suprimento de fundos. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores	41
Conta única do Tesouro.....	47
QUESTÕES.....	53
GABARITO	60

DIREITOS HUMANOS

Conceito, evolução e características dos direitos humanos. Dimensões/gerações de direitos humanos. Características e fundamentação	1
Direito internacional dos direitos humanos e o direito brasileiro. Relação entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito interno. Procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição Federal. Hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira. Princípios que regem as relações internacionais do Brasil.....	7
Sistema global de proteção dos direitos humanos.....	13
Organização das Nações Unidas (ONU).....	20
Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).....	26
Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966).....	30
Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966).....	45
Sistema Regional Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos	53
Organização dos Estados Americanos (OEA).....	60
Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) .	66
Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Corte Interamericana de Direitos Humanos	87

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Controle de convencionalidade. Conceito, fundamentos e modalidades.....	93
Direitos humanos na Constituição Federal de 1988. Dignidade da pessoa humana como fundamento da República.....	99
Direitos e proteção de grupos vulneráveis	105
Direitos humanos e atividade policial. Papel das forças de segurança na promoção e proteção dos direitos humanos. Prevenção e combate à tortura e aos maus-tratos	111
Regras de uso da força e de armas de fogo pela ONU	117
QUESTÕES.....	120
GABARITO	125

DIREITO PENAL

Aplicação da lei penal: Princípios da legalidade e da anterioridade; Lei penal no tempo e no espaço; Tempo e lugar do crime; Lei penal excepcional, especial e temporária; Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal; Irretroatividade da lei penal.....	1
Contagem de prazo	5
Interpretação da lei penal	6
Analogia.....	16
Teoria geral do crime: Conceitos e evolução histórico-doutrinária; Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo; O fato típico e seus elementos; Crime consumado e tentado; Concurso de crimes; Ilícitude e causas de exclusão; Punibilidade; Excesso punível; Culpabilidade (elementos e causas de exclusão); Concurso de pessoas.....	18
Imputabilidade penal	36
Crimes contra a pessoa.....	44
Crimes contra o patrimônio	85
Crimes contra a dignidade sexual	117
Crimes contra a incolumidade pública.....	135
Crimes contra a paz pública	155
Crimes contra a fé pública.....	159
Crimes contra a administração pública	163
Questões	174
GABARITO	181

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Princípios gerais, conceito, finalidade, características	1
Sistemas de processo penal	18
Inquérito policial.....	21
Prova (artigos 158 a 250 do Código de Processo Penal)	28

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Prisão em flagrante: Prisão preventiva; Prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações); Outras medidas cautelares.....	62
Questões	92
GABARITO	99

DIREITO CONSTITUCIONAL

Estado e Constituição: Constituição: conceito, conteúdo, objeto e classificação	1
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Preâmbulo e princípios fundamentais; Dignidade da pessoa humana e direitos humanos.....	6
Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos; Remédios constitucionais: habeas data, habeas corpus, mandado de segurança, ação popular e mandado de injunção	8
Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios	26
Administração pública: Disposições gerais, servidores públicos	39
Poder Executivo: Atribuições e responsabilidades do presidente da República	49
Poder Legislativo: Estrutura; Funcionamento e atribuições	51
Poder Judiciário: Disposições gerais.....	68
Funções essenciais à Justiça: Advocacia, Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública	77
Defesa do Estado e das instituições democráticas: Segurança pública; Organização da segurança pública	84
Ordem Social: Base e objetivos da ordem social; Seguridade social ; Meio ambiente ; Família, criança, adolescente, idoso e indígena	86
Questões	92
GABARITO	98

MEDICINA LEGAL

Conceitos, importância e divisões da medicina legal.....	1
Corpo de delito, perícia e peritos em medicina legal.....	8
Documentos médico-legais. Conceitos de identidade, identificação e reconhecimento	14
Principais métodos de identificação	21
Lesões e mortes por ação contundente, por armas brancas e por projéteis de arma de fogo comuns e de alta energia	33
Conceito e diagnóstico da morte. Fenômenos cadavéricos. Cronotanatognose, comoriência e primoriência. Exumação. Causa jurídica da morte. Morte súbita e morte suspeita.....	43
Exame de locais de crime	54

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Modificadores e avaliação pericial da imputabilidade penal e da capacidade civil. Doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, perturbação mental.....	62
QUESTÕES.....	69
GABARITO.....	75

CRIMINOLOGIA

Criminologia. Conceito. Métodos: empirismo e interdisciplinaridade. Objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima, controle social.....	1
Funções da criminologia. Criminologia e política criminal.....	7
Modelos teóricos da criminologia. Teorias sociológicas. Prevenção da infração penal no Estado democrático de direito. Prevenção primária. Prevenção secundária. Prevenção terciária.....	14
QUESTÕES.....	20
GABARITO.....	25

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia.....	1
---	---

HISTÓRIA DO MARANHÃO

França equinocial: expedição de Daniel de La Touche; Fundação de São Luís; Batalha de Guaxenduba; Capitães-mores do Maranhão; A invasão holandesa; A expulsão dos holandeses; O Estado do Maranhão e Grão-Pará: a Revolta de Bequimão; Causas; Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará; Os objetivos da Revolta.....	1
Período do Império: adesão do Maranhão; Causas da não adesão: a batalha do Jenipapo.....	4
A Independência do Brasil.....	10
A Balaiada: caracterização e causas do movimento.....	17
Período Republicano: adesão do Maranhão à República.....	23
A Revolução de 1930 no Maranhão.....	30
Os principais fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Maranhão, na segunda metade do século XX.....	37
Questões.....	38
Gabarito.....	46

SUMÁRIO



GEOGRAFIA DO MARANHÃO

Localização do Estado do Maranhão: superfície; limites; linhas de fronteira; pontos extremos; Áreas de Proteção Ambiental (APA); Parques nacionais; Climas do Maranhão: pluviosidade e temperatura; Geomorfologia; Classificação do relevo maranhense: planaltos, planícies e baixadas; Características dos rios maranhenses: bacias dos rios limítrofes: bacia do Parnaíba, do Gurupi e do Tocantins-Araguaia; Bacias dos rios genuinamente maranhenses; Principais formações vegetais: floresta, cerrado e cocais; Geografia da População: população absoluta; densidade demográfica; povoamento; movimentos populacionais; A agricultura maranhense: caracterização e principais produtos agrícolas; caracterização da pecuária; Extrativismo: vegetal, animal e mineral; Parque industrial: indústrias de base e indústrias de transformação; Setor terciário: comércio, telecomunicações, transportes; Malha viária; Portos e aeroportos; A cultura maranhense.....	1
Questões	13
Gabarito.....	20

DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, Governo e Administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios	1
Organização administrativa da União: administração direta e indireta	5
Regime jurídico dos servidores públicos civis federais (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações).....	11
Licitações: modalidades, dispensa e inexigibilidade (Lei nº 14.133/2021 e suas alterações).....	57
Atos administrativos: Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação; Fato e ato administrativo; Atos administrativos em espécie; Cassação; Revogação e anulação; Processo administrativo; Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo	135
Regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal (Lei nº 4.878/1965 e suas alterações).....	141
Sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações).....	148
Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder	163
Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo	166
Responsabilidade civil do Estado.....	170
Lei Estadual nº 8.508/2006 e respectivas alterações (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Maranhão).....	175
Lei Estadual nº 6.107/1994 e respectivas alterações (regime jurídico único dos servidores públicos civis do estado do Maranhão).....	202

SUMÁRIO



Lei Estadual nº 10.238/2015 e suas alterações (organização administrativa da Polícia Civil do Estado do Maranhão)	243
Lei nº 14.735/2023 (Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis)	262
Questões	276
GABARITO	283

INFORMÁTICA

Sistema operacional: noções de ambiente Windows e Linux — pastas, diretórios, arquivos, atalhos, área de trabalho e área de transferência	1
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e LibreOffice/ Apache OpenOffice — Writer, Calc e Impress)	17
Correio eletrônico: uso, protocolos (SMTP e IMAP), preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos	33
Conceito de internet e intranet. Navegação na internet: navegadores, conceitos de URL, links, mecanismos de busca e impressão de páginas	39
Redes sociais	44
Redes de computadores: conceitos básicos, tipos de redes (locais, metropolitanas e de longa distância), formação de endereços IPv4 e IPv6, redes sem fio (Wi-Fi)	46
Computação em nuvem (cloud computing): conceitos básicos	59
Principais serviços de armazenamento e colaboração	61
Segurança da informação e investigação digital. Conceitos de confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação. Malware: vírus, worms, trojans, ransomware, spyware e demais pragas virtuais. Ferramentas de proteção: antivírus, firewall e anti-spyware. Noções de criptografia e certificação digital.	64
Noções de evidência digital e cadeia de custódia de provas eletrônicas	70
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018): noções gerais	73
Noções de inteligência artificial e aprendizado de máquina (machine learning)	76
Noções de criptomoedas	79
QUESTÕES	80
GABARITO	89

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei nº 11.343/2006 e suas alterações)	1
Direito de representação e processo de responsabilidade administrativa civil e penal nos casos de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019 e suas alterações)	24
Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1965 e suas alterações)	31
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1970 e suas alterações)	32
Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003 e suas alterações)	100
Crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998 e suas alterações)	110
Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006 e suas alterações)	124

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Investigação criminal (Lei nº 12.830/2013 e suas alterações)	137
Lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998 e suas alterações)	138
Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990 e suas alterações)	147
Lei 7.716/1989 (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor)	150
Lei 12.037/09 (Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado)	153
Lei 12.830/13 (Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia)	155
Lei 9.099/1995 e alterações (Juizados Especiais Criminais)	155
Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso)	168
Lei 9.503/1997 (Dos Crimes de Trânsito)	188
Lei 4.737/1965 (Crimes Eleitorais)	281
Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013)	346
Lei nº 15.358/2026 (Marco legal do combate ao Crime Organizado)	356
Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica: conceito, provas ilícitas e disposições legais)	377
Questões	379
GABARITO	385

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:



LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

► Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

► Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhosos!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”



FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA CONTABILIDADE

► Natureza e campo de atuação

A contabilidade é uma ciência social aplicada voltada ao estudo, ao registro, à mensuração, ao controle e à interpretação dos fenômenos que afetam o patrimônio das entidades. Seu objeto central é o patrimônio, entendido como o conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados a uma pessoa física ou jurídica, com ou sem finalidade lucrativa. Essa definição evidencia que a contabilidade não se limita à escrituração de fatos financeiros. Ela organiza informações sobre a composição patrimonial, suas alterações ao longo do tempo e os resultados decorrentes das atividades desenvolvidas.

A natureza social da contabilidade decorre do fato de que os eventos patrimoniais surgem de relações humanas, econômicas, jurídicas e institucionais. Compras, vendas, recebimentos, pagamentos, obtenção de empréstimos, contratação de empregados, aquisição de ativos e distribuição de resultados são exemplos de fatos que modificam o patrimônio e exigem tratamento contábil. Ao identificar, classificar e registrar esses eventos, a contabilidade transforma acontecimentos dispersos em informações estruturadas e comparáveis.

O campo de aplicação contábil é amplo. Empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços utilizam a contabilidade para acompanhar seus recursos, obrigações e resultados. Entidades sem fins lucrativos dependem dela para demonstrar a aplicação de recursos recebidos e a realização de suas finalidades institucionais. Órgãos públicos empregam sistemas contábeis para controlar receitas, despesas, patrimônio e execução orçamentária. Pessoas físicas também podem recorrer a instrumentos contábeis para administrar bens, rendimentos, dívidas e investimentos.

► Patrimônio como objeto de estudo

O patrimônio é composto por elementos positivos e negativos. Os bens representam itens materiais ou imateriais que possuem utilidade e valor econômico, como caixa, imóveis, máquinas, estoques, marcas e softwares. Os direitos correspondem a valores que a entidade tem a receber ou utilizar, como duplicatas a receber, depósitos bancários e créditos tributários. As obrigações expressam dívidas ou compromissos perante terceiros, incluindo fornecedores, empréstimos, salários e tributos a recolher.

A diferença entre os elementos positivos e as obrigações constitui a situação líquida patrimonial, geralmente representada pelo patrimônio líquido. Esse componente evidencia os recursos próprios da entidade, formados por aportes dos proprietários, reservas e resultados acumulados. A análise dessa estrutura permite compreender se a entidade possui equilíbrio econômico, capacidade de pagamento e base patrimonial suficiente para sustentar suas operações.

Dinâmica patrimonial

O patrimônio não é estático. Ele sofre alterações provocadas por atos de gestão e por acontecimentos externos. Algumas mudanças apenas modificam a composição patrimonial, sem alterar o patrimônio líquido, como a compra de um equipamento à vista. Outras afetam diretamente a riqueza da entidade, como o reconhecimento de receitas, despesas, ganhos e perdas. Essa dinâmica exige registros contínuos e critérios consistentes de mensuração.

A contabilidade acompanha essas variações por meio de métodos próprios, especialmente o método das partidas dobradas, segundo o qual todo fato contábil é registrado de forma equilibrada em contas inter-relacionadas. Esse mecanismo garante coerência interna aos registros e permite verificar a origem e a aplicação dos recursos.



ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A estatística é uma ciência que se dedica à coleta, organização, análise, interpretação e apresentação de dados. Seu papel é fundamental em diversas áreas do conhecimento, como economia, saúde, educação, engenharia, entre outras, permitindo transformar dados brutos em informações relevantes para a tomada de decisões e a resolução de problemas.

A estatística descritiva é uma das principais ramificações da estatística e tem como objetivo resumir e organizar grandes quantidades de dados de forma clara e acessível. Utilizando ferramentas, essa abordagem permite identificar padrões e tendências, além de simplificar a apresentação dos dados, tornando-os mais compreensíveis e úteis para análises. Vejamos essas ferramentas:

TABELAS

Em nosso dia a dia, somos constantemente expostos a uma vasta gama de informações, muitas vezes expressas de forma visual por meio de tabelas e gráficos. Esses recursos são ferramentas fundamentais da linguagem matemática e desempenham um papel crucial na organização e apresentação de dados de maneira clara e acessível.

As tabelas apresentam informações organizadas em linhas e colunas, o que facilita a leitura e interpretação de dados. Geralmente, são utilizadas quando há necessidade de comparar informações ou listar dados de maneira ordenada.

PROPOSTA DE NOVAS TABELAS DO SIMPLES NACIONAL - 2016						
RECEITA BRUTA EM 12 MESES - em R\$				ANEXO I comércio	ANEXO II indústria	ANEXO III serviços
Até R\$ 225.000,00				4,00%	4,50%	6,00%
De R\$ 225.000,01	a R\$ 450.000,00			8,25%	8,00%	12,25%
De R\$ 450.000,01	a R\$ 900.000,00			9,50%	10,00%	14,75%
De R\$ 900.000,01	a R\$ 1.800.000,00			11,25%	12,25%	17,25%
De R\$ 1.800.000,01	a R\$ 3.600.000,00			14,25%	14,50%	20,50%
De R\$ 3.600.000,01	a R\$ 7.200.000,00			15,50%	11,00%	29,45%
De R\$ 7.200.000,01	a R\$ 14.400.000,00			15,50%	21,75%	29,45%

Fonte: SEBRAE

Nas tabelas, é comum encontrarmos um título, que destaca a principal informação apresentada, e uma fonte, que identifica de onde os dados foram obtidos

GRÁFICOS

Ao contrário das tabelas, que mostram os dados de forma mais textual e organizada, os gráficos oferecem uma representação visual, facilitando a compreensão de padrões, tendências e comparações de maneira mais rápida e intuitiva.

► Tipos de Gráficos

Existem vários tipos de gráficos, e cada um é utilizado de acordo com o tipo de dado e o objetivo da apresentação.

- **Gráfico de linhas:** são utilizados, em geral, para representar a variação de uma grandeza em certo período de tempo. Os gráficos de linhas são utilizados, em geral, para representar a variação de uma grandeza ao longo do tempo. São ideais para mostrar tendências e evoluções. Marcamos os pontos determinados pelos pares ordenados (classe, frequência) e os conectamos por segmentos de reta.



CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO

Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar recursos para alcançar objetivos definidos. Esse conceito mostra que administrar não é uma ação isolada, mas um conjunto integrado de funções. O administrador precisa pensar antes de agir, estruturar o trabalho, orientar pessoas e verificar se os resultados estão sendo alcançados.

A função de planejamento consiste em definir objetivos e escolher caminhos para alcançá-los. Planejar é responder a perguntas como: o que precisa ser feito? Qual problema deve ser resolvido? Quais metas devem ser atingidas? Quais recursos serão necessários? Quais riscos podem surgir? O planejamento reduz improvisações e aumenta a capacidade de atuação.

A organização envolve distribuir recursos, tarefas, responsabilidades e estruturas. Depois de planejar, é preciso organizar quem fará cada atividade, quais setores participarão, quais materiais serão usados e como os processos funcionarão. Sem organização, mesmo um bom plano pode fracassar.

A direção, também chamada de liderança ou condução, está relacionada à orientação das pessoas. Administrar envolve trabalhar com equipes, motivar servidores, comunicar objetivos, resolver conflitos e coordenar esforços. Uma organização depende das pessoas para transformar planos em ações.

O controle é a função de acompanhar resultados, comparar o que foi planejado com o que foi realizado e corrigir desvios. Controlar não significa apenas fiscalizar ou punir. Significa verificar se as atividades estão no caminho certo e adotar medidas de melhoria quando necessário.

A administração pode ser aplicada em diferentes níveis. No nível estratégico, as decisões são mais amplas e voltadas ao futuro da organização. No nível tático, os planos estratégicos são transformados em programas e ações setoriais. No nível operacional, as atividades são executadas no cotidiano.

Na administração pública, essas funções também estão presentes. Um órgão público planeja políticas e serviços, organiza equipes e recursos, dirige atividades por meio de gestores e controla resultados por indicadores, auditorias, relatórios e prestação de contas. A diferença é que sua atuação deve sempre observar o interesse público e a legalidade.

Administrar exige tomar decisões em contextos de limitação. Nem sempre há recursos suficientes para todas as demandas. Por isso, a administração precisa estabelecer prioridades. Priorizar significa escolher o que será feito primeiro, considerando urgência, relevância, impacto social, disponibilidade de recursos e obrigações legais.

Outro elemento importante da administração é a racionalidade. As decisões devem ser baseadas em informações, dados, normas, planejamento e análise. A administração não deve depender apenas de opinião pessoal, imprevisto ou preferência individual.

A administração também envolve coordenação. Em organizações complexas, diferentes setores precisam atuar de forma integrada. Se cada setor trabalha isoladamente, podem surgir atrasos, retrabalho, falhas de comunicação e desperdício de recursos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E INTERESSE COLETIVO

A administração pública é o conjunto de órgãos, entidades, agentes e atividades voltados à realização das funções do Estado e ao atendimento das necessidades coletivas. Sua finalidade é concretizar o interesse público por meio de políticas, serviços, programas, fiscalização, regulação, arrecadação, planejamento e execução de ações governamentais.



CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, destinados a garantir uma vida digna, livre, igual e protegida contra abusos. Eles abrangem direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, ambientais e coletivos, formando um conjunto de garantias indispensáveis à realização da dignidade da pessoa humana.

A expressão “inerentes” significa que esses direitos pertencem à pessoa humana por sua própria condição de ser humano. Eles não são concedidos como favor pelo Estado. O Estado deve reconhecê-los, protegê-los, promovê-los e respeitá-los. Quando o Estado viola ou deixa de proteger esses direitos, pode ser responsabilizado.

Os direitos humanos possuem dimensão ética, jurídica, política e social. São éticos porque expressam valores fundamentais, como dignidade, liberdade, igualdade, solidariedade e justiça. São jurídicos porque estão previstos em constituições, leis, tratados internacionais e decisões de tribunais. São políticos porque limitam o poder estatal e orientam políticas públicas. São sociais porque buscam proteger pessoas em suas relações concretas de vida.

No plano internacional, costuma-se usar a expressão “direitos humanos” para designar direitos reconhecidos em tratados, declarações e organismos internacionais. No plano interno de cada Estado, quando esses direitos estão previstos na Constituição, muitas vezes recebem o nome de “direitos fundamentais”. Assim, direitos humanos e direitos fundamentais estão profundamente relacionados. A diferença costuma estar no plano de posituação: direitos humanos no plano internacional; direitos fundamentais no plano constitucional interno.

O conceito de direitos humanos também envolve obrigações do Estado. O Estado deve respeitar, proteger e promover esses direitos. Respeitar significa não violar diretamente, como não praticar tortura, censura ou prisão arbitrária. Proteger significa impedir que terceiros violem direitos, como combater violência doméstica, trabalho escravo ou discriminação. Promover significa adotar políticas públicas para efetivar direitos, como saúde, educação, moradia, segurança e assistência social.

Os direitos humanos protegem tanto liberdades quanto prestações. Algumas normas impedem interferências indevidas do Estado, como liberdade de expressão, liberdade religiosa e direito de ir e vir. Outras exigem atuação estatal, como acesso à educação, saúde, previdência, assistência e proteção social. Ambas são necessárias para a dignidade.

É incorreto afirmar que direitos humanos protegem apenas determinadas pessoas. Eles protegem todos, inclusive vítimas, acusados, presos, crianças, idosos, trabalhadores, agentes públicos e pessoas em situação de vulnerabilidade. A lógica dos direitos humanos é impedir que qualquer pessoa seja tratada como objeto, inimigo ou ser sem valor.

Também é incorreto afirmar que direitos humanos significam impunidade. Direitos humanos não impedem investigação, responsabilização ou punição de quem comete crimes. Eles exigem que a resposta estatal respeite a lei, o devido processo, a proporcionalidade, a integridade física e a dignidade humana. Punir dentro da lei é compatível com direitos humanos; torturar, executar ou humilhar não é.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS

A evolução histórica dos direitos humanos ocorreu de forma gradual, marcada por lutas sociais, transformações políticas, revoluções, documentos jurídicos e reação a graves violações. Os direitos humanos não surgiram prontos. Eles foram sendo construídos ao longo do tempo, conforme diferentes sociedades passaram a reconhecer limites ao poder e direitos pertencentes às pessoas.

Na Antiguidade e na Idade Média, já havia ideias relacionadas à justiça, à dignidade, à proteção de determinados grupos e à limitação do poder. Contudo, esses direitos não eram universais como se entende hoje. Muitas sociedades admitiam escravidão, hierarquias rígidas, desigualdade entre grupos e ausência de participação política ampla.



PRINCÍPIOS

► Princípio da Legalidade (ou reserva legal)

Trata-se do fixador do conteúdo das normas penais incriminadoras, ou seja, a elaboração de normas incriminadoras é função exclusiva da lei em sentido estrito, emanada do Poder Legislativo, respeitado o procedimento previsto na Constituição. Assim, nenhum fato pode ser considerado crime e nenhuma pena criminal pode ser aplicada sem que, antes da ocorrência desse fato exista uma lei que o defina como crime e comine-lhe sanção correspondente. Encontra-se previsto, expressamente, no art. 5.º, XXXIX, da CF, bem como no art. 1.º do Código Penal.

► Princípio da Anterioridade

Significa que uma pessoa só pode ser punida, se a época do fato por ela praticado, já estava em vigor a lei que descrevia o delito. Desse modo, a lei penal incriminadora somente pode ser aplicada a um fato concreto, caso tenha tido origem antes da prática da conduta para a qual se destina, conforme dita o texto constitucional e o art. 1.º do Código Penal, *“não há crime sem lei anterior que o defina”, nem tampouco pena “sem prévia cominação legal”*.

Frise-se que o indivíduo somente está protegido contra os abusos do Estado, caso possa ter certeza de que as leis penais são aplicáveis para o futuro, a partir de sua criação, não retroagindo para abranger condutas já realizadas.

► Princípio da Irretroatividade da lei penal benéfica

É natural que, havendo anterioridade obrigatória para a lei penal incriminadora, não se pode permitir a retroatividade de leis, especificamente as prejudiciais ao acusado. Logo, quando novas leis entram em vigor, devem envolver somente fatos concretizados sob a sua égide.

Abre-se exceção à vedação à irretroatividade quando se trata de lei penal benéfica. Esta pode voltar no tempo para favorecer o agente, ainda que o fato tenha sido decidido por sentença condenatória com trânsito em julgado (art. 5.º, XL, CF; art. 2.º, parágrafo único, CP). É o que estudaremos no capítulo referente à lei penal no tempo.

Pode-se denominá-lo, também, como princípio da irretroatividade da lei penal, adotando como regra que a lei penal não poderá retroagir, mas, como exceção, a retroatividade da lei benéfica ao réu ou condenado.

APLICAÇÃO DA LEI PENAL

A Lei Penal desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem social e na proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos. Seu objetivo é definir quais condutas são consideradas criminosas e estabelecer as respectivas sanções para quem as pratica. No entanto, a aplicação da Lei Penal não é uma tarefa simples, pois envolve uma série de princípios e regras que garantem a justiça e a segurança jurídica.

Entre os aspectos mais importantes estão as características da Lei Penal no tempo e no espaço, que determinam como e quando uma lei pode ser aplicada a uma determinada conduta. Compreender esses conceitos é essencial para a correta interpretação e aplicação das normas penais, evitando injustiças e garantindo a legalidade em todo o processo penal. Este estudo explora as principais características da Lei Penal, com ênfase em sua aplicação temporal e espacial, abordando também as exceções e os conflitos normativos que podem surgir nesse contexto.



O Direito Processual Penal é o ramo do Direito Público responsável por disciplinar a investigação das infrações penais, o exercício da ação penal, o desenvolvimento do processo criminal e a atuação dos sujeitos envolvidos na persecução penal. Suas normas determinam como o Estado poderá apurar um fato aparentemente criminoso, acusar uma pessoa, produzir provas, julgar a pretensão punitiva e, se for o caso, impor uma consequência penal.

O seu objeto não é definir quais condutas constituem crimes. Essa função pertence ao Direito Penal. O Direito Processual Penal estabelece o caminho juridicamente válido para que a norma penal material seja aplicada ao caso concreto.

A existência de uma infração penal não autoriza, por si só, a aplicação imediata de uma pena. Antes de qualquer condenação, deve haver um procedimento conduzido por autoridade competente, com observância do contraditório, da ampla defesa, da presunção de inocência e das demais garantias constitucionais.

Processo penal como instrumento necessário

O processo penal constitui instrumento indispensável à aplicação legítima do poder punitivo. No Estado Democrático de Direito, não se admite que a autoridade estatal puna alguém com base apenas em suspeitas, impressões pessoais ou decisões administrativas.

A pena criminal depende de uma decisão jurisdicional proferida ao final de um processo regular. O processo funciona, portanto, como condição de legitimidade da sanção e como limite ao poder estatal.

Essa instrumentalidade apresenta duas direções. De um lado, permite a realização do Direito Penal quando a responsabilidade é comprovada. De outro, impede a punição quando não houver provas suficientes ou quando o procedimento violar garantias fundamentais.

► Relação com outros conceitos

Direito Penal e Direito Processual Penal

O Direito Penal possui natureza material. Ele define crimes, penas, medidas de segurança e institutos relacionados à responsabilidade penal.

O Direito Processual Penal possui natureza instrumental. Ele disciplina os meios pelos quais o Estado investiga, acusa, defende, julga e revisa decisões criminais.

A relação entre ambos pode ser sintetizada da seguinte maneira:

Elemento	Direito Penal	Direito Processual Penal
Natureza	Material	Instrumental
Objeto	Crimes e consequências penais	Investigação, processo e julgamento
Pergunta central	Qual conduta é crime?	Como apurar e julgar o crime?
Função	Definir o poder de punir	Regular e limitar seu exercício
Resultado	Previsão abstrata da sanção	Aplicação ou afastamento da sanção

Processo, procedimento e persecução penal

Esses conceitos são relacionados, mas não possuem o mesmo significado.

Para organizar suas diferenças, podem ser destacados os seguintes elementos:

- Processo penal é a relação jurídica estabelecida entre juiz, acusação e defesa, destinada à solução de uma pretensão punitiva.



► Natureza

Segundo a doutrina clássica, o direito é dividido em dois grandes ramos, quais sejam: direito público e direito privado¹.

Destaque-se que, não obstante a doutrina mais moderna já tenha superado essa classificação dicotômica entre direito público e privado (uma vez que o direito é uno e indivisível, devendo ser entendido como um conjunto harmônico), para fins didáticos e de provas de concursos públicos continuaremos a adotá-la. Destaque-se que essa classificação, segundo a doutrina, é atribuída a Jean Domat.

Modernamente, ante o reconhecimento de novos direitos e das transformações do Estado, a doutrina percebeu uma forte influência do direito constitucional sobre o direito privado, reconhecendo, em diversas situações, a aplicação direta dos direitos fundamentais nas relações privadas, surgindo a denominada “eficácia horizontal dos direitos fundamentais”.

Com isso, o Direito Constitucional deixa de ser reconhecido apenas em uma relação vertical (Estado versus cidadão), passando a ser reconhecido também nas relações horizontais (particular versus particular). O princípio matriz desse novo panorama é o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF/1988).

Tema de grande controvérsia diz respeito ao conceito de Constituição, haja vista que ela envolve a perspectiva histórico-universal dos intitulados ciclos constitucionais. Faz-se importante perceber que a ideia de Constituição deve ser compreendida mesmo antes do surgimento do constitucionalismo em sentido estrito.

Isso porque toda e qualquer sociedade, independentemente da época e do lugar, sempre possuiu um conjunto de regras de organização do Estado, semelhantes ao que intitulamos de Constituição.

Conquanto existam diversos parâmetros para se conceituar o Direito Constitucional e, por consequência, a própria Constituição, partiremos do conceito cunhado pelo professor José Afonso da Silva que afirma que o direito constitucional é “Direito Público fundamental por referir-se diretamente à organização e fundamento do Estado, à articulação dos seus elementos primários e ao estabelecimento das bases da estrutura política”.

A partir dessa lição do professor José Afonso, podemos conceituar a Constituição Federal como a norma máxima de um Estado que estabelece sua organização e fundamentos, estabelecendo as regras mínimas essenciais para sua subsistência e formação.

Com isso, a Constituição Federal passa a ser a norma de validade de todo o ordenamento jurídico pátrio, sendo ela o parâmetro de validade dos demais atos normativos, em razão do princípio da supremacia da Constituição.

Em virtude do conceito transcrito acima, podemos afirmar que a **natureza jurídica** do Direito Constitucional é de direito público fundamental.

O quadro abaixo sintetiza a Natureza do Direito Constitucional. Observe:

Natureza do Direito Constitucional		
Dicotomia do Direito	Uno, indivisível e indecomponível	Ramo do Direito Público

► Conceito

De acordo com José Afonso da Silva, o Direito Constitucional é o ramo do Direito Público que expõe, interpreta e sistematiza os princípios e normas fundamentais do Estado².

1 <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf>

2 DUTRA, Luciano. *Direito Constitucional Essencial. Série Provas e Concursos. 2ª edição* – Rio de Janeiro: Elsevier.



A Medicina Legal é o campo científico que aplica conhecimentos médicos, biológicos e técnicos à solução de questões relevantes para o Direito e para a administração da Justiça. Sua função consiste em examinar fatos relacionados ao corpo humano, à saúde, à doença, à integridade física, à capacidade mental, à identidade e à morte, transformando observações científicas em informações compreensíveis e úteis à autoridade competente.

Não se trata apenas da medicina dos cadáveres nem de atividade limitada à investigação de homicídios. A Medicina Legal atua em pessoas vivas, mortos, vestígios biológicos, documentos clínicos, locais de ocorrência e materiais submetidos a análises laboratoriais. Sua aplicação alcança processos penais, civis, trabalhistas, previdenciários, administrativos e disciplinares.

O seu caráter jurídico decorre da finalidade da avaliação. O profissional não examina apenas para diagnosticar ou tratar, mas para esclarecer uma questão que produzirá consequências legais. Assim, uma lesão pode ser analisada para determinar sua natureza, gravidade, mecanismo de produção, tempo provável de ocorrência e repercussões sobre a capacidade da vítima.

► Objeto da Medicina Legal

Fatos biológicos de interesse jurídico

O objeto da Medicina Legal é constituído por fenômenos médicos e biológicos cuja compreensão seja necessária para aplicar uma norma jurídica ou decidir uma controvérsia. O exame pode envolver identificação humana, lesões corporais, intoxicações, violência sexual, capacidade civil, imputabilidade penal, acidentes de trabalho, morte e filiação biológica.

A disciplina estuda não apenas o resultado final, mas também os mecanismos que o produziram. Em uma morte violenta, por exemplo, não basta confirmar o óbito. É necessário examinar a causa médica da morte, o instrumento ou meio utilizado, o intervalo post mortem e as circunstâncias compatíveis com os vestígios encontrados.

Os principais objetos submetidos à análise médico-legal podem ser organizados da seguinte forma:

- Pessoas vivas examinadas para avaliação de lesões, idade, capacidade, estado mental ou violência sofrida.
- Cadáveres submetidos à identificação, exame externo, necropsia e determinação da causa da morte.
- Vestígios biológicos, como sangue, saliva, sêmen, tecidos, ossos, cabelos e material genético.
- Documentos médicos utilizados para reconstruir atendimentos, tratamentos, diagnósticos e evolução clínica.
- Locais de ocorrência analisados para relacionar a posição do corpo, os vestígios e a dinâmica do evento.

► Natureza interdisciplinar

Integração entre Medicina e Direito

A Medicina Legal ocupa posição intermediária entre as ciências da saúde e as ciências jurídicas. O perito precisa dominar os fundamentos técnicos do exame e compreender a questão jurídica que deve ser esclarecida. Sem conhecimento médico, a conclusão pode ser cientificamente inadequada. Sem compreensão da finalidade jurídica, o exame pode deixar de responder ao problema relevante.

A disciplina também se relaciona com anatomia, fisiologia, patologia, genética, toxicologia, psiquiatria, psicologia, odontologia, antropologia, química e criminalística. Essa integração permite que problemas complexos sejam avaliados por profissionais de diferentes especialidades.



CONCEITO DE CRIMINOLOGIA

A criminologia pode ser conceituada como a ciência empírica e interdisciplinar que estuda o crime, o criminoso, a vítima e o controle social, buscando compreender as causas, as manifestações, as consequências e as formas de prevenção do fenômeno criminal. Esse conceito mostra que a criminologia não se limita à análise da lei penal, mas procura investigar a realidade do crime e suas múltiplas dimensões.

Ao dizer que a criminologia é uma ciência empírica, afirma-se que ela trabalha com fatos observáveis. Ela busca dados concretos sobre criminalidade, perfis de vítimas, funcionamento das instituições, taxas de reincidência, formas de violência, fatores de risco e respostas sociais. A criminologia não parte apenas de opiniões ou suposições; ela procura fundamentar suas conclusões em investigação da realidade.

Ao dizer que a criminologia é interdisciplinar, reconhece-se que o crime não pode ser explicado por uma única área do conhecimento. O Direito Penal explica quais condutas são criminosas e quais sanções podem ser aplicadas, mas não consegue, sozinho, explicar por que determinadas pessoas cometem crimes, por que certos grupos são mais vulneráveis à vitimização ou por que algumas políticas de segurança fracassam. Para isso, a criminologia busca apoio em outras ciências.

O crime, para a criminologia, não é apenas uma violação da lei. Ele é também um fato social, um comportamento humano, um fenômeno histórico e uma construção institucional. Isso significa que a criminologia analisa tanto a conduta praticada quanto o processo pelo qual certas condutas são definidas como criminosas e certas pessoas passam a ser tratadas como criminosas.

A criminologia também se diferencia do Direito Penal. O Direito Penal é uma ciência normativa, pois trabalha com normas jurídicas. Ele define crimes, penas, princípios e regras de responsabilização. A criminologia, por sua vez, é uma ciência causal-explicativa e empírica, porque busca compreender causas, fatores, dinâmicas e efeitos do fenômeno criminal.

Também é importante diferenciar criminologia de criminalística. A criminalística está ligada à investigação técnica do crime, como análise de vestígios, perícias, local de crime, identificação de materiais, balística, papiloscopia e exames laboratoriais. A criminologia possui objeto mais amplo, pois estuda o fenômeno criminal como realidade social e humana.

A criminologia também não se confunde com política criminal, embora se relacione com ela. A política criminal utiliza conhecimentos criminológicos para orientar escolhas do Estado em matéria de prevenção, repressão, penas, sistema prisional, segurança pública e proteção social. A criminologia fornece diagnóstico; a política criminal propõe estratégias.

O conceito moderno de criminologia inclui a vítima como objeto central. Isso representa avanço importante, pois durante muito tempo a vítima foi esquecida no estudo do crime. Hoje, compreende-se que a vitimização, o sofrimento, os riscos e a proteção da vítima são elementos fundamentais.

O controle social também integra o conceito de criminologia. Isso significa que a ciência criminológica estuda não apenas quem pratica o crime, mas também como a sociedade reage ao crime, como o Estado seleciona condutas puníveis e como funcionam polícia, Judiciário, sistema penitenciário, mídia, família, escola e comunidade.

MÉTODO EMPÍRICO DA CRIMINOLOGIA

O empirismo é uma das principais características metodológicas da criminologia. Dizer que a criminologia é empírica significa afirmar que ela se baseia na observação da realidade e na análise de dados concretos. Seu objetivo não é apenas discutir ideias abstratas sobre o crime, mas investigar como o fenômeno criminal ocorre na prática.



MUNDO

O CHOQUE DOS TITÃS: TRUMP VERSUS MUSK E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A GEOPOLÍTICA E A ECONOMIA GLOBAL

- A recente efervescência na relação entre Donald Trump e Elon Musk transcende uma mera disputa pessoal, revelando-se um episódio marcante com profundas implicações geográficas, históricas e geopolíticas.
- O embate, iniciado pela crítica de Musk a um projeto de lei republicano que visava eliminar subsídios a veículos elétricos, escalou rapidamente, com Trump ameaçando cortar contratos federais bilionários com empresas como Tesla, SpaceX e Starlink.
- A resposta de Musk foi igualmente contundente, sugerindo uma ligação de Trump com Jeffrey Epstein e chegando a pedir seu impeachment.

► Um olhar histórico: precedentes e rupturas

- Historicamente, a relação entre o governo e grandes corporações nos Estados Unidos sempre foi complexa e, muitas vezes, ambivalente. Desde os “barões ladrões” do século XIX, que acumularam vastas fortunas e influência, até as gigantes de tecnologia da atualidade, a dinâmica de poder oscilou entre a colaboração e o confronto.
- O que torna o embate Trump-Musk particularmente notável é o rompimento de uma aliança tácita entre duas figuras de imenso poder e visibilidade.
- Anteriormente, Musk, embora excêntrico, era visto com certa simpatia por setores conservadores, especialmente por suas críticas à regulação excessiva e seu foco em inovação.
- A virada demonstra a fragilidade das alianças políticas e a disposição de Trump em utilizar o peso do governo para retaliar oponentes, mesmo que estes sejam peças-chave da economia americana.
- O pedido de impeachment por parte de Musk, bem como a insinuação de envolvimento com Jeffrey Epstein, também evoca um passado de escândalos políticos e figuras controversas na história americana. A sombra de Epstein, com sua rede de contatos influentes e acusações de tráfico sexual, adiciona uma camada sombria e explosiva a esta já volátil disputa.

► A perspectiva geográfica: o Vale do Silício e Washington em colisão

- Geograficamente, o conflito acentua a tensão crescente entre Washington D.C. e o Vale do Silício. Tradicionalmente, o centro político dos EUA e o polo de inovação tecnológica operam em esferas distintas, embora interdependentes.
- O Vale do Silício, com seu espírito de disrupção e busca por autonomia, frequentemente colide com a burocracia e as regulamentações governamentais.
- A ameaça de Trump de cortar contratos federais atinge o coração das operações de empresas como SpaceX e Starlink, que dependem fortemente de acordos governamentais para seus projetos espaciais e de conectividade.
- A Starlink, por exemplo, tem sido crucial na provisão de internet em áreas remotas e zonas de conflito, como na Ucrânia, demonstrando a intersecção entre tecnologia e geopolítica. A possibilidade de interrupção desses serviços não é apenas uma questão econômica para Musk, mas pode ter ramificações significativas para a infraestrutura digital e a segurança global.
- A mobilidade elétrica, impulsionada pela Tesla, também é um componente chave na transição energética global, e a retirada de subsídios pode impactar a velocidade e a escala dessa transição nos EUA.



O estado do Maranhão, situado no Nordeste do Brasil, é uma região de vasta riqueza histórica e cultural que desempenhou um papel importante na formação do país. Desde os primórdios da colonização europeia até os movimentos revolucionários contra o domínio colonial, o Maranhão viveu uma trajetória marcada por eventos importantes que moldaram sua identidade.

Neste artigo, vamos explorar de forma abrangente os principais marcos da história maranhense desde a ousada expedição liderada por Daniel de La Touche até a emblemática Revolta de Bequimão.

► **França Equinocial: A Intrépida Expedição de Daniel de La Touche**

No início do século XVII, o Maranhão foi palco de uma das mais audaciosas e ousadas empreitadas coloniais lideradas pelo francês Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière. Esta expedição, conhecida como França Equinocial, representou uma tentativa ambiciosa de estabelecer uma colônia francesa em terras brasileiras.

Os desafios enfrentados pelos franceses foram vastos e complexos, variando desde tensões com os povos indígenas locais até confrontos com colonos portugueses já estabelecidos na região. Esta iniciativa, apesar de sua brevidade, deixou um legado profundo e duradouro na história do Maranhão, influenciando não apenas o desenvolvimento posterior da região, mas também contribuindo para a diversidade cultural e a troca de ideias no contexto colonial brasileiro.

► **Fundação de São Luís: A Criação da Capital do Maranhão**

Em 1612, os franceses fundaram o Forte de São Luís, nomeado em homenagem ao rei Luís XIII da França. No entanto, em 1615, os portugueses, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, expulsaram os franceses e estabeleceram a cidade de São Luís como um marco histórico de grande magnitude no panorama colonial do Maranhão.

Esta cidade não só consolidou a presença portuguesa na região, mas também representou uma virada no curso da história do Maranhão. A fundação de São Luís marcou o advento de uma nova era para a região, inaugurando um período de intensa atividade política, econômica e cultural.

Além de ser designada capital da recém-criada capitania, São Luís rapidamente emergiu como centro de influência e poder, exercendo profunda influência não só no Maranhão, mas também nas regiões circunvizinhas. O seu papel estratégico como porto, bem como a sua localização estratégica, impulsionou o seu desenvolvimento como um importante polo comercial e cultural, onde diferentes influências se entrelaçaram e enriqueceram a identidade regional.

► **Batalha de Guaxenduba: A Defesa do Território Maranhense**

Um dos momentos mais cruciais e emblemáticos da rica história militar do Maranhão foi a memorável Batalha de Guaxenduba, travada em 19 de novembro de 1614. Neste conflito de proporções épicas, as forças portuguesas enfrentaram os invasores franceses numa luta feroz pela soberania da região. Sob os céus impiedosos do Maranhão, as estratégias táticas e a determinação incansável dos portugueses e dos seus valentes aliados indígenas foram postas à prova.

No calor da batalha, entre o estrondo dos canhões e o eco dos gritos de guerra, a vitória foi para o lado português, selando assim o destino da região. Esta heroica vitória não só garantiu a continuidade do domínio português sobre o Maranhão, mas também constituiu um obstáculo intransponível às intenções expansionistas dos franceses no território maranhense. Ao saírem vitoriosos deste confronto decisivo, os portugueses não só protegeram a sua pátria, mas também reafirmaram a sua resiliência e capacidade de resistir aos ataques estrangeiros.



Geografia do Maranhão

O Maranhão¹² ocupa uma posição de transição na paisagem brasileira, situando-se entre a Região Norte e a Região Nordeste, o que lhe confere características físicas e humanas de ambos os conjuntos regionais. Segundo os dados mais recentes do IBGE, referentes a 2025, o estado possui uma área territorial de 329.651,463 km², o que o coloca entre as maiores unidades federativas do país e faz dele o maior estado da Região Nordeste. Essa extensão territorial é responsável por uma diversidade paisagística pouco comum em outros estados nordestinos, pois o Maranhão reúne, em um único território, trechos de floresta amazônica, formações de cerrado, mata de transição e um extenso litoral. Essa posição de charneira geográfica também explica por que o estado é, com frequência, tratado como uma espécie de “estado de transição”, tanto do ponto de vista climático quanto econômico e cultural, funcionando como elo entre a Amazônia e o semiárido nordestino.



Limites com estados vizinhos e o oceano

O território maranhense faz limite com quatro unidades federativas e com o Oceano Atlântico, o que amplia sua importância estratégica no contexto regional. Ao norte, o estado é banhado pelo oceano, com um litoral que se estende por aproximadamente 640 quilômetros, o segundo mais extenso do Brasil, superado apenas pelo litoral baiano. A oeste, a fronteira é feita com o Pará, definida em grande parte pelo curso do rio Gurupi, que historicamente serviu de linha natural de separação entre as duas unidades. A leste, o limite se dá com o Piauí, tendo o rio Parnaíba como referência natural marcante em praticamente toda a sua extensão, o que faz desse curso d'água um elemento decisivo tanto na geografia física quanto na história da ocupação territorial da região. Ao sul, o Maranhão confronta-se com o Tocantins, em um limite que atravessa áreas de cerrado e de transição, correspondendo à porção onde se localizam os chapadões do sul do estado.

1 https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_do_Maranh%C3%A3o
2 <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>

**ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOÇÕES FUNDAMENTAIS****► Conceito de Estado****Estrutura política, jurídica e territorial**

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

► Elementos constitutivos do Estado**Povo, território e soberania**

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

► Finalidade do Estado**Realização do interesse público**

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

GOVERNO: CONCEITO, FUNÇÃO POLÍTICA E DIREÇÃO DO ESTADO**► Conceito de Governo****Comando político do Estado**

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.



WINDOWS 10

O sistema operacional é o programa responsável por controlar o funcionamento geral do computador. Ele atua como uma ponte entre o usuário, os programas instalados e os componentes físicos da máquina, como processador, memória, armazenamento, teclado, mouse, monitor e impressora. Sem um sistema operacional, o computador teria grande limitação de uso, pois o usuário não teria uma interface organizada para abrir programas, salvar arquivos, configurar dispositivos ou executar tarefas básicas.

No caso do Windows 10, o sistema operacional apresenta um ambiente gráfico voltado à facilidade de uso. Por meio de janelas, menus, ícones, botões e barras, o usuário consegue interagir com o computador de maneira visual, sem precisar digitar comandos complexos para realizar atividades comuns. Essa característica torna o Windows amplamente utilizado em computadores pessoais, ambientes escolares, escritórios e diversos contextos profissionais.

► Características gerais do Windows 10

Ambiente de trabalho e recursos principais

O Windows 10 é um sistema operacional da Microsoft desenvolvido para computadores, notebooks, tablets e outros dispositivos compatíveis. Ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe recursos voltados à produtividade, à organização das tarefas e à integração com diferentes tipos de equipamentos. Entre seus elementos mais conhecidos estão o Menu Iniciar, a Área de Trabalho, a Barra de Tarefas, o Explorador de Arquivos e as ferramentas de configuração do sistema.

Um dos pontos de destaque do Windows 10 é a retomada do Menu Iniciar em formato mais familiar ao usuário, combinando a organização tradicional dos programas com blocos dinâmicos e atalhos para aplicativos. Além disso, o sistema permite trabalhar com várias janelas ao mesmo tempo, alternar entre programas abertos e organizar atividades em múltiplas áreas de trabalho, recurso útil para quem precisa separar tarefas pessoais, escolares ou profissionais.

► Menu Iniciar e acesso aos programas



Centro de acesso aos recursos do sistema

O Menu Iniciar é uma das principais portas de entrada para os recursos do Windows 10. Ele permite acessar programas instalados, configurações do sistema, documentos recentes, opções de conta e comandos de energia. Por meio dele, o usuário pode localizar aplicativos, abrir ferramentas administrativas, acessar pastas importantes e personalizar parte da experiência de uso.

O Botão Iniciar, localizado geralmente no canto inferior esquerdo da tela, abre esse menu e funciona como um centro de comando do computador. A partir dele, é possível acessar a lista de programas, pesquisar arquivos, entrar nas configurações, bloquear a conta, sair do usuário atual, reiniciar ou desligar o equipamento. Por essa razão, conhecer o Menu Iniciar é essencial para utilizar o Windows com segurança e autonomia.

► Operações básicas do sistema

Iniciar, reiniciar, desligar, suspender, hibernar, sair e bloquear

O Windows oferece diferentes opções para encerrar, pausar ou proteger uma sessão de uso. Cada uma dessas ações possui uma finalidade específica e deve ser escolhida conforme a necessidade do usuário. Algumas desligam completamente o computador, enquanto outras apenas reduzem o consumo de energia ou bloqueiam o acesso à conta.



LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

Art. 2º Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso.

Parágrafo único. Pode a União autorizar o plantio, a cultura e a colheita dos vegetais referidos no caput deste artigo, exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização, respeitadas as ressalvas supramencionadas.

TÍTULO II

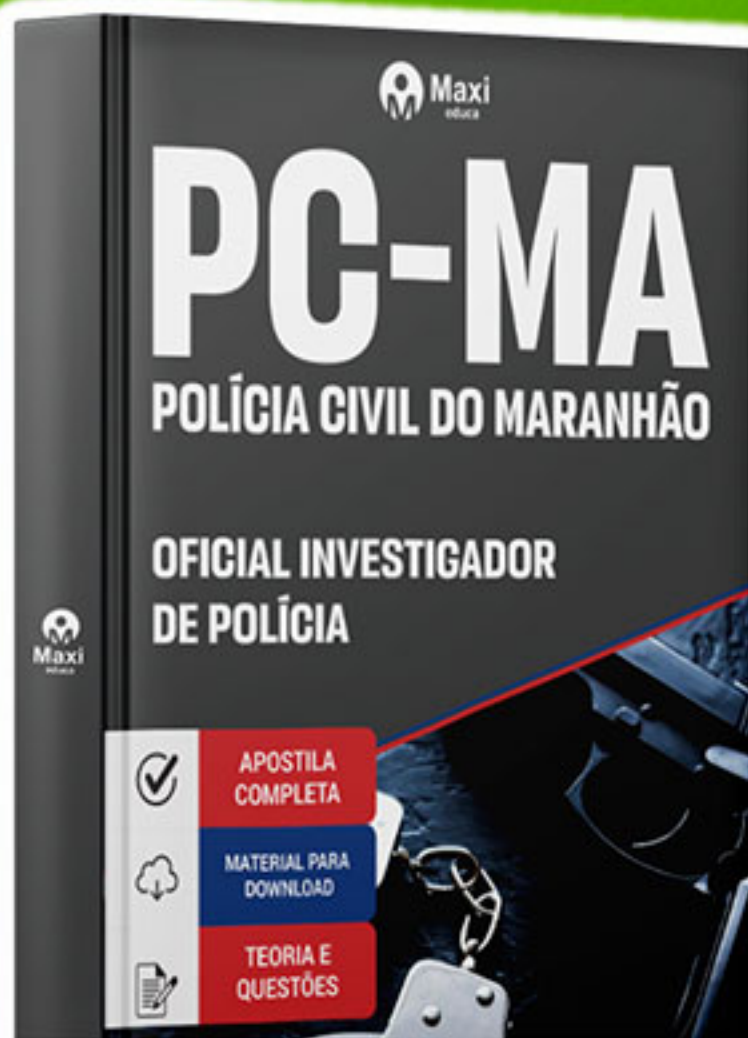
DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

Art. 3º O Sisnad tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com:

- I - a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;
- II - a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

§ 1º Entende-se por Sisnad o conjunto ordenado de princípios, regras, critérios e recursos materiais e humanos que envolvem as políticas, planos, programas, ações e projetos sobre drogas, incluindo-se nele, por adesão, os Sistemas de Políticas Públicas sobre Drogas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

§ 2º O Sisnad atuará em articulação com o Sistema Único de Saúde - SUS, e com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!